

O Marco Político na Cooperação Técnica da Universidade Aberta do Brasil com universidades públicas de Moçambique¹

  **Oreste Preti**

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

orestepreti@gmail.com

  **Cristiano Maciel**

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

crismac@gmail.com

Resumo: A pesquisa analisa, em seu marco político, o “Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique”, que envolvia a Universidade Aberta do Brasil e universidades públicas de Moçambique. O estudo realizado via materialismo histórico evidenciou a dissonância entre o discurso elaborado politicamente sobre a Cooperação Sul-Sul e as práticas implementadas no Programa pelas instituições brasileiras implicadas.

Palavras-chave: Cooperação Internacional Sul-Sul; Universidade Aberta do Brasil; Materialismo histórico.

¹ Trata-se de um resumo de parte da tese “Cooperação Internacional em Educação Superior a Distância: a experiência da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique”, defendida, em 29.06.20, pelo doutorando Oreste Preti sob a orientação do Prof. Cristiano Maciel, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, no âmbito do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação em Educação (LÊTECE)”



El Marco Político en la Cooperación Técnica de la UAB con las universidades públicas de Mozambique

Resumen: La investigación analiza, en su marco político, el “Programa de Apoyo a la Expansión de la Educación Superior a Distancia en la República de Mozambique”, que involucró a la Universidad Abierta de Brasil y universidades públicas de Mozambique. El estudio realizado a través del materialismo histórico mostró la disonancia entre el discurso políticamente elaborado sobre la Cooperación Sur-Sur y las prácticas implementadas en el Programa por las instituciones brasileñas involucradas.

Palabras clave: Cooperación Internacional Sur-Sur; Universidad Abierta de Brasil; Materialismo histórico.

The Political Framework in the Technical Cooperation of the UAB with the public universities of Mozambique

The research analyzes, in its political framework, the “Program to Support the Expansion of Distance Higher Education in the Republic of Mozambique”, which involved the Open University of Brazil and public universities in Mozambique. The study carried out via historical materialism showed the dissonance between the politically elaborated discourse on South-South Cooperation and the practices implemented in the Program by the Brazilian institutions involved.

Keywords: International South-South Cooperation; Open University of Brazil. Historical materialism

Recebido em: 04/05/2023

Aceito em: 11/07/2023





1 PROLEGÔMENOS

Quando nós criamos a Universidade Aberta, em Maputo, qual era a ideia? Nós vamos criar uma Universidade Aberta em Maputo; se ela der certo, a gente vai criar em São Tomé e Príncipe, em Cabo Verde, em Angola [...] era um movimento. A [Universidade Aberta] de Moçambique está dando certo (ex-Presidente Lula na entrevista a Rossi, 2015, p. 334).

No primeiro semestre de 2010, por um “desejo” do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria de Educação a Distância (Seed), do Ministério da Educação, foi mobilizada para elaborar um projeto para oferta de cursos de graduação a distância em Moçambique, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em cooperação técnica com o governo daquele país que havia demonstrado interesse na formação dos profissionais da educação e dos servidores públicos para melhorar a qualidade do ensino público² e do serviço público. Cerca de 50% dos professores do Ensino Secundário (mais de 20 mil) não tinham formação superior ou na área em que lecionavam (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE - MINED, 2010) e as Instituições de Ensino Superior estavam concentradas em Maputo e em algumas capitais das dez Províncias, o que dificultava o acesso por parte dos que trabalhavam nos distritos mais interioranos.

Havia vontade política por parte do governo brasileiro em estabelecer laços mais fortes com países africanos de Língua Portuguesa³, oferecendo diferentes tipos de serviços e apoio financeiro, sobretudo no campo da educação.⁴ Assim, o presidente Lula, em março de 2010, solicitou ao Ministro da Educação a expansão da UAB para os países de Língua Portuguesa, na África (uma espécie de UAB África), iniciando por Moçambique, onde o Brasil tinha presença mais significativa com projetos nas áreas da saúde, da agricultura, da exploração mineral⁵.

Em outubro do mesmo ano, com a promulgação da Portaria Normativa de n. 22, de 26 de outubro de 2010, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o “*Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular⁶ de Moçambique*”. O objetivo era qualificar, por meio da modalidade à distância, gestores públicos e professores do Ensino Secundário e Básico

² Nos Exames Nacionais – do Ensino Secundário - realizados em novembro de 2011, por exemplo, na primeira etapa, a reprovação foi em massa, sobretudo nas disciplinas de Português e Matemática. Curioso é que, para atender aos imperativos da expansão do sistema educacional, desde 2006, o Ministério da Educação (Mined) vinha utilizando a EaD como estratégia para expansão e acesso ao Ensino Secundário Geral.

³ Em 17.07.1996, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), composta por oito países (Timor Leste/Ásia, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Portugal, Brasil). Representava 250 milhões de habitantes, um mercado consumidor e uma estimativa de 16 milhões de “falantes” em língua portuguesa na África. Em 20 de julho de 2010, o Presidente da República havia sancionado a Lei nº 12.289 instituindo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab - Portaria Normativa n. 22 - 26.10.2010) como Universidade Pública Federal.

⁴ No campo da educação, o governo brasileiro estava ofertando o curso de nível médio a distância e o Programa de Formação de Professores em Exercício (ProFormação, criado em 1999), em São Tomé e Príncipe, Timor Leste (2005) e Guiné-Bissau (2007).

⁵ Os projetos estatais: Vale Moçambique (extração de carvão na região de Tete); ProAlimento (em parceria com o Japão, para agricultura familiar); ProSavana (desenvolvimento da agricultura – agronegócio - na região central do país); a fábrica de medicamentos antirretrovirais; a criação da Rede de Banco de Leite Humano; Alimentação Escolar etc.

⁶ Uma demonstração do pouco conhecimento sobre a história de Moçambique, pois a designação oficial de “República Popular” vingou entre 25 de junho de 1975 e 1º de dezembro de 1990 quando passou a ser designada de “República de Moçambique”.



do sistema público de Moçambique.

O presidente Lula desejava que o Programa fosse implementado antes de sua saída do governo, no final de 2010. Os prazos eram curtos. Quatro universidades públicas no Brasil e duas em Moçambique foram chamadas às pressas para a árdua tarefa. O foco era a elaboração do projeto de cooperação, das propostas pedagógicas dos cursos, do sistema de Educação a Distância (EaD) a ser adotado. O Programa foi implementado em novembro de 2010 e interrompido no segundo semestre de 2014. O que levou o governo brasileiro a “abandonar” o Programa, abruptamente? Como o rompimento da Cooperação Técnica em EaD foi percebido pelos intervenientes moçambicanos, nos diferentes níveis da gestão, e por não terem sido consultados como “sócios da cooperação”?

No intuito de compreender e analisar aspectos políticos envolvidos nas fases de implantação e de implementação desse Programa de Cooperação Internacional no campo da Educação Superior a Distância, fizemos um levantamento do farto material escrito e oral produzido pelos intervenientes do Programa entre os anos de 2010 a 2017.

Optamos, então, pela pesquisa qualitativa com “abordagem da narrativa” (“estudos narrativos”) que, ao colocar dialeticamente em diálogo a perspectiva êmica (dos narradores) com a ética (do pesquisador) como componentes interdependentes e complementares, possibilita ao pesquisador dar voz aos narradores, às vozes que se encontravam “capturadas” pelos/nos documentos escritos do Programa e às que foram, posteriormente, registradas nas entrevistas narrativas referentes ao Programa.

Assim, conduzimos o estudo não como um “caso”, mas como um fenômeno mergulhado em um contexto sociocultural diversificado, com sujeitos vivendo em países diferentes, nutridos por culturas e práticas institucionais diferenciadas, por experiências de vida e profissionais particulares, específicas e que envolviam governos e instituições de dois países, no âmbito de políticas externas e internas.

Este estudo, de certa forma, servirá de referência para compreender o Programa em si e para posteriores programas de Cooperação Técnica Internacional no campo da educação. Poderá indicar os caminhos a serem seguidos e/ou, como dizia um dos gestores do Programa: “Ele deixa lições sobre o que fazer, mas, principalmente, sobre o que não fazer em Cooperação Internacional”.

2 A CAMINHADA DO PROGRAMA (2010-2014)

Implementado em sistema de Cooperação Técnica, participaram desse Programa duas



universidades moçambicanas (Universidade Pedagógica/UP e a Universidade Eduardo Mondlane/UEM) e quatro universidades públicas brasileiras (Universidade Federal de Goiás/UFG, Universidade Federal Fluminense/UFF, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Unirio, Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF). Os cursos a serem ofertados conjuntamente, no âmbito do Sistema UAB, eram os de Administração Pública (UEM e UFJF), Biologia (UP e UFG), Ensino Básico (UP e Unirio) e Matemática (UP e UFF).

Na fase inicial do Programa, no primeiro semestre de 2011, seriam abertas 90 vagas para o curso de Administração Pública e 180 vagas para cada um dos três cursos de licenciatura. Para atendimento dos estudantes foram estruturados três Polos de Apoio Presencial localizados nas cidades de Maputo (região Sul), de Beira (região Central) e de Lichinga (ao Norte). Além do material didático impresso e/ou digitalizado e do atendimento no Polo por “tutores presenciais” (moçambicanos), os estudantes teriam acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), à plataforma de ensino do curso para serem atendidos por professores (moçambicanos e brasileiros) e “tutores a distância” (no Brasil e em Moçambique).

O Programa previa, até final de 2014, a instalação de 10 Polos (um em cada região do País), com mais de 7 mil estudantes matriculados (5,5 mil professores do Ensino Secundário e Básico e 1,5 mil funcionários da administração pública). O projeto pedagógico de cada curso foi elaborado, em 2010, durante dois encontros de trabalho: o primeiro foi em Moçambique e o segundo no Brasil. O Programa apresentava algo inédito: os estudantes moçambicanos iriam receber dupla diplomação.



Figura 1 – Localização dos Polos de Beira, Lichinga e Maputo

De fato, os estudantes foram matriculados na universidade moçambicana e, ao mesmo tempo, na universidade federal parceira no curso em oferta. No prazo de três meses foi elaborado o projeto técnico, desenhando o sistema de EaD e elaborados os projetos pedagógicos de cada curso de tal





forma que atendessem às especificidades de Moçambique e, ao mesmo tempo, às exigências legais das instituições de ensino superior envolvidas.

O trabalho das equipes, então, foi intenso: idas e vindas, encontros pedagógicos e técnicos no Brasil e em Moçambique, conversas na Secretaria de Educação a Distância, no Ministério da Educação, na Agência Brasileira de Cooperação que assumiu a responsabilidade do gerenciamento de parte do financiamento do Programa.

Quando os elaboradores do Programa esbarravam em questões legais e/ou técnicas, acreditavam que a força da decisão política e as palavras das autoridades envolvidas seriam suficientes para dirimi-las o quanto antes. Apostavam na continuidade política, com a sucessão presidencial, em janeiro de 2011, como elemento importante na “estabilidade” e na “governança” do Programa. Todavia, era urgente iniciar o Programa antes do final do governo Lula.

Coordenadores brasileiros e moçambicanos dos cursos a serem iniciados se empenharam arduamente na tarefa da construção e aprovação dos projetos pedagógicos de cada curso, no interior dos colegiados e conselhos de suas respectivas instituições. Os projetos pedagógicos precisavam ser aprovados nas universidades brasileiras e nas moçambicanas, pois os estudantes seriam matriculados em ambas as instituições. Mesmo sem a aprovação final dos quatro projetos, foi dada a largada dos cursos com a Aula Inaugural.

Assim, no dia 9 de novembro de 2010, no Centro Provincial de EaD (CPED – Polo de Maputo), o então presidente Lula proferiu Palestra de Aula Inaugural, com a presença de autoridades moçambicanas e brasileiras, das equipes de coordenadores, docentes e tutores dos cursos (BRASIL, 2010). Os estudantes de Maputo marcaram presença enquanto os dos Polos de Beira e de Lichinga acompanharam por videoconferência.⁷ O ano acadêmico iniciou em 28 de fevereiro de 2011, com 694 estudantes matriculados nos quatro cursos.

A partir do segundo semestre de 2011, o Programa contou com a presença de um Coordenador Residente⁸ para organizar uma rotina de trabalho, realizar encontros de formação em EaD (para docentes, tutores e estudantes) e ser porta-voz junto à UAB/Capes de eventuais problemas ou constrangimentos decorrentes da implementação de um Programa complexo e inédito.

As duas instituições moçambicanas tinham experiência na oferta de cursos a distância, mas o

⁷ Nesta ocasião foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o Governo Moçambicano por representantes do Ministério das Relações Exteriores dos dois países, da Agência Brasileira de Cooperação, pelo Diretor do Instituto de Educação da Distância (Ined – Moçambique), pelo Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - entidade coordenadora do projeto UAB em Moçambique -, e pelos reitores das seis universidades envolvidas.

⁸ Professor universitário aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e selecionado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD - Contrato n. BRA10-14762 no Programa – Projeto BRA/04/044) para atuar em Moçambique como Coordenador Executivo no Programa - julho 2011 a julho 2012. Contrato que foi renovado por duas vezes, até julho de 2014.



que estava sendo proposto pelo Programa era ir além. Propunha construir caminhos em parceria, vivenciar novas experiências na modalidade a distância como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Moodle como ferramenta importante no processo de ensinar a distância, o desenvolvimento de disciplinas (lecionação) e de material didático em colaboração, a presença de tutores nos Polos.

Esses elementos despertavam expectativas nos intervenientes moçambicanos: a possibilidade de desenvolver novas competências na EaD, ampliação de novos saberes e enriquecimento curricular a partir da contribuição de instituições públicas de outro país numa relação de parceria, de cooperação Sul-Sul, de lecionação compartilhada.

A caminhada foi árdua, com constantes incertezas sobre a continuidade do Programa e sua expansão, promessas não cumpridas, tropeços e interrupções com as mudanças que ocorreram no nível da direção do governo e do Programa do lado brasileiro, o que culminou, no segundo semestre de 2014, com sua interrupção “silenciosa” e não oficializada pelo governo brasileiro, desfazendo sonhos do lado moçambicano.

Neste artigo iremos trazer dados e narrativas sobre esta caminhada, focando nos aspectos políticos que envolveram o Programa.

3 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Ao longo de oito anos (2010-2017), os participantes do Programa (costumeiramente chamados de “intervenientes”) e que ocupavam funções em diferentes níveis de gestão, foram produzindo uma variedade de documentos escritos (Relatórios, Atas e Memórias em um total de 159, e de mensagens veiculadas no e-mail institucional)⁹ e de depoimentos (15 entrevistas entre 2013-2014 e 16, entre 2017-2019).

Ao realizar uma leitura imersiva, detalhada e extensa dessa farta documentação, identificamos diversas temáticas recorrentes, mas conforme avançamos nas releituras, quatro narrativas despontaram como as mais significativas e que nomeamos de “marcos”: o político, o institucional, o acadêmico e o da EaD. Marcos que demarcaram o caminho de uma visão reconstruída sobre o Programa UAB Moçambique e que estão interligados, perpassados e impregnados pelos marcos cultural e da cooperação. Todavia, nesse nosso estudo, focaremos no marco político.

⁹ ead.brasil.mocambique@gmail.com



Assim, para compreendermos o motivo pelo qual um governo decidiu levar para o continente africano uma experiência avaliada como positiva por seus resultados no processo de inclusão social, como o da Universidade Aberta do Brasil, tal decisão precisa ser compreendida no âmbito das políticas externas e das políticas domésticas, pois ambas estão imbricadas, focando na chamada Cooperação Técnica Internacional.

Sem dúvida, temas como política externa, relações internacionais, cooperação técnica, cooperação Norte-Sul, Cooperação Sul-Sul se relacionam, inter cruzam, interpenetram e se fecundam, mas nosso objetivo não é fazer, nesse momento, uma análise dessas políticas nem um percurso histórico. Por outro lado, devemos reconhecer que a cooperação técnica internacional em uma perspectiva Sul-Sul não é tema novo. Todavia, foi durante o governo Lula que ganhou ênfase o discurso e a realização de ações concretas de Cooperação Sul-Sul, de “cooperação solidária” no âmbito de uma “diplomacia da generosidade” (ALMEIDA, 2010, p. 71), “ativa e ativa” (ALMEIDA, 2004), como a ela se referia costumeiramente o então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (2007).

Há autores que avaliam que os resultados da cooperação Sul-Sul foram muito mais políticos, como sustenta Baquero (2011), do que técnicos, econômicos, científicos e acadêmicos. Por outro lado, se há dissensos em relação à sua conceituação, há princípios básicos que podem ser resumidos, no entendimento de Ranucci (2015), nos conceitos de Horizontalidade, Consenso e Equidade.

Porém, é importante salientar que são poucos os estudos que se debruçaram sobre a cooperação técnica brasileira em educação no continente africano. Amaral (2013) analisou a cooperação educacional brasileira a partir da experiência do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G). Segundo a autora, o Programa vinha sendo desenvolvido a partir de uma concepção de cooperação da década de 1960, desconsiderando as necessidades e os contextos culturais dos parceiros.

Outro entendimento teve Schardong (2012) sobre o referido programa durante o período do governo Lula. Segundo a referida autora, o Programa, ao cumprir seus objetivos e sendo promotor de desenvolvimento, iria ao encontro da internacionalização da Educação Superior.

Um estudo interessante foi realizado por Cabral (2015) sobre os estudantes africanos do PEC-G, em 25 instituições de ensino superior, a maioria da Guiné-Bissau e Cabo Verde. O autor aponta fragilidades do Programa desde a seleção e a chegada dos estudantes ao Brasil.

Jesus (2015) analisou o contexto contemporâneo de internacionalização da educação superior por meio do “Programa de Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique” e da leitura dos Projetos Pedagógicos dos quatro cursos implementados pelo Programa apontando





diversas falhas, no âmbito acadêmico, no processo de implantação e implementação.

Aline Rizzo, ao analisar projetos de cooperação em educação em Cabo Verde (2015) constatou não serem as relações horizontalizadas e simétricas. Em 2018, iniciou-se estudo semelhante em Moçambique. Todavia, ainda, não tivemos acesso aos resultados.

Milani, Conceição e M´Bunde (2016) analisaram a atuação brasileira no campo da educação em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, com foco no caso Moçambique com projetos voltados para formação de professores alfabetizadores (2010-2014) e o Programa UAB-Moçambique. A partir dos depoimentos de pessoas entrevistadas, reconhecem que as percepções sobre este tipo de cooperação são positivas, embora apontem algumas lacunas no processo de implementação e acompanhamento dos projetos aí desenvolvidos.

Gonzaga (2017) focou seu estudo em um dos cursos do Programa UAB-Moçambique (Ensino Básico) e constatou entendimento diferenciado, entre os participantes das duas universidades envolvidas, do que seria a “cooperação” e a “institucionalização” do Programa. Souza e Segenreich (2018) focaram o estudo no curso de Administração Pública do mesmo Programa. Segundo as autoras, houve dificuldades na implementação do Programa, impedindo a realização da cooperação pretendida.

Baseando-se no trabalho de Rossi (2015) e do relatório da Embaixadora do Brasil em Moçambique (SCHERER, 2015) e alguns dados e informações acerca do Programa UAB Moçambique, os Programas de “Estudante Convênio (PEC-G e PEC-PG) e outros projetos no campo da educação, Accioly (2018)¹⁰ concluiu que essas ações de cooperação também “apresentam as contradições típicas da precariedade e fragilidade que caracterizam a inserção brasileira no sistema da ajuda internacional” (p. 315).

Não encontramos, nos referidos estudos, uma análise específica e aprofundada referente aos aspectos políticos envolvidos na pretendida Cooperação Sul-Sul. Então a importância desse nosso estudo que se propôs superar uma leitura linear e/ou meramente discursiva nas narrativas sobre a Cooperação Sul-Sul proposta pelo Programa UAB-Moçambique, pois, tratava-se de uma Cooperação Técnica complexa que envolvia países, culturas, instituições e sujeitos com trajetórias e experiências diversas, e, muitas vezes, bem diferenciadas.

Assim, fomos buscar no método materialista histórico e dialético o instrumental teórico para sustentar nossa caminhada (GRAMSCI, 2004; MARTINS, 1985; OFFE, 1984; OSZLAK, 1982;

¹⁰ Em relação a Moçambique, Accioly (2018) identificou um total de 60 acordos de cooperação entre Brasil e Moçambique, no período de 2004 a 2015, dos quais 39 (65%) destinados à capacitação, à “formação da força de trabalho” e dez acordos para reforma do Estado, da administração pública, em consonância com a agenda da “boa governança” do Banco Mundial. O número maior de acordos (15 no total) ocorreu, em 2010, no ano da implantação do Programa UAB Moçambique





GOUVÊA, 1994). Pois, por sua singularidade (é um recorte da realidade) e particularidade (do momento histórico e das determinações do capitalismo), intentamos compreender a Cooperação e o Programa no âmbito de políticas educacionais e de relações exteriores, no movimento neoliberal de mercantilização, expansão e internacionalização da educação, particularmente por meio da Educação a Distância. Pois, para Santos Filho (2018):

A internacionalização da educação superior como instrumento de cooperação dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento por razões acadêmicas, culturais e políticas vêm evoluindo para a internacionalização por razões econômicas para oferta de serviços educacionais como “mercadoria” cara a ser vendida aos países menos desenvolvidos. A consequência desse movimento foi a internacionalização como competição por mercados educacionais [...] o entendimento da educação superior como bem privado (p. 186).

Mas, como o Programa veio a se inserir nesse movimento? Tomamos, então, emprestado de Gramsci, no campo da “pequena política” (2004; 1997) o conceito de “Estado Educador” e a categoria “mediação” no ensejo de compreender se a cooperação fortaleceu a “função educativa positiva” do Estado e se as relações estabelecidas evidenciaram poder desigual, de dominação por parte dos “doadores” (o governo brasileiro) ou de “consenso”¹¹ e de participação dos “receptores” (instituições moçambicanas) na implementação do Programa e se a atuação de “mediadores” (os técnicos e os gestores do Programa junto à Capes) foi na perspectiva de todos os envolvidos se tornarem “sócios da cooperação”. Pois, para Muller (1994; 1985) e Jobert e Muller (1987), uma política não existe realmente sem a atuação de “atores concretos” que eles nomeiam de “mediadores”.

Pois, é na “pequena política” que atuam os atores da burocracia estatal que, ao lado dos dirigentes e dos grupos dominantes, buscam influenciar o direcionamento e a condução das políticas do Estado (da grande política) e, portanto, de Programas, como o da UAB, de acordo com sua visão de mundo, atuando, muitas vezes, em direção contrária.

Para o entendimento do Programa UAB-Moçambique, no âmbito da “grande e da pequena política”, optamos pela pesquisa qualitativa com “abordagem da narrativa” (“estudos narrativos”) que, ao colocar dialeticamente em diálogo a perspectivaêmica (dos narradores – “os atores concretos”) com a ética (dos pesquisadores) como componentes interdependentes e complementares (CLANDININ; CONNELLY, 2011), possibilitasse aos pesquisadores dar voz aos narradores, às vozes que se encontravam “capturadas” pelos/nos documentos escritos do Programa e às que foram registradas nas entrevistas narrativas referentes ao Programa procurando evitar que somente “outras”

¹¹ “O consentimento é o fundamento das relações de qualquer grupo social, haja vista que um grupo social se forma no momento em que algumas pessoas compartilham princípios e comportamentos, visões da realidade e da existência” (BRUNELLO, s. d.). Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/HEGEMONIA.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.



vozes a narrassem, conforme um provérbio africano nos lembra: “Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”.¹²

Portanto, as narrativas são representações ou interpretações de fatos (campo hermenêutico), que expressam um ponto de vista dos narradores em determinado tempo (cronológico e/ou experiencial) e espaço (contexto imediato), e determinado contexto sócio-histórico (contexto mediato). Os narradores manifestam os sentidos que dão ao ser-no-mundo, portanto, suas narrativas são uma elaboração da experiência pessoal num contexto social, que é histórico e cultural e de uma construção identitária, portanto uma prática social constitutiva da realidade. Nesse sentido, as narrativas não podem ser postas em julgamento ou submetidas à comprovação, à veracidade.

Dessa forma, é necessário que as análises das narrativas não sejam encarceradas no contexto micro (o contexto imediato), mas considerem o contexto mediato das relações sociais, econômicas, históricas e culturais. Por isso foi preciso mergulhar nesse contexto macro para podermos situar e compreender as narrativas que emanaram das falas dos sujeitos e dos documentos produzidos por esses mesmos narradores.

Portanto, entendemos narrativa não simplesmente como lembrar e recontar fatos passados, mas como um processo no qual os intervenientes buscaram recuperar, em sua vida pessoal e profissional, o que era/foi significativo em sua participação no Programa.

A escritora angolana Chimamanda Ngozi Adichie (2011) chama a atenção ao fato que nosso conhecimento “é construído pelas histórias que escutamos, e quanto maior for o número de narrativas diversas, mais completa será nossa compreensão sobre determinado assunto”.

Ao mergulharmos nas narrativas, nos demos conta ser complexo e inviável querer delimitar fronteiras entre marcos que despontaram por estarem interligados, conectados, imiscuídos e envolvidos um no outro. Suas fronteiras não são estáticas, imóveis, fechadas e sim em movimento. Existe unidade em um processo como o de um Programa em construção e que havia sido pensado como projeto piloto, experimental para uma possível expansão em outras terras africanas. Tratava-se de uma experiência pioneira no campo da Cooperação Técnica em Educação e entre instituições de dois países em continentes diferentes demarcando o campo político das possibilidades de uma Cooperação Sul-Sul.

4. AS NARRATIVAS NO CONTEXTO DO MARCO POLÍTICO

¹² Provérbio citado por Mía Couto na página de abertura da sua obra “A confissão da leoa”. Maputo: Ndjira, 2012.



A fala proferida na entrevista por um dos reitores moçambicanos sintetiza como o Programa era percebido pelos gestores moçambicanos:

Era uma iniciativa boa que estava em linha com toda a ideia governativa [...] isso era aplicado no Brasil, no interior, para as minorias sem acesso ao ensino superior de qualidade e sem formação. O presidente Lula trouxe essa ideia, essa mesma perspectiva de pensamento aos países amigos da África onde também tem um povo sem acesso de educação de qualidade.

Tratava-se de uma iniciativa afinada com as políticas educacionais do governo de Moçambique e, ao mesmo tempo, reconhecia que, se o Programa UAB cumpria papel social importante no Brasil, poderia ser estendido aos “países amigos” da África, uma forma de tratamento que era cara ao Presidente Lula.

Porém, o verbo ser no pretérito perfeito (“era”), proferido em 2017, vem para marcar não uma promessa não cumprida pelo Programa, mas a quebra de um Convênio assinado pelos altos mandatários dos dois países. Era um Programa nascido da vontade do Presidente Lula, no final do seu mandato, e implantado pela Secretaria de Educação a Distância. Ao ser extinta, em janeiro de 2011, um mês antes do início acadêmico dos cursos do Programa, o Ministério da Educação passou à Capes a incumbência de coordenar o Programa.

Os intervenientes foram unânimes: o Programa resultou de decisão política tomada em nível de dois governos – Presidência da República e Ministério da Educação – sem a participação direta de organismos estatais e de instituições de ensino superior que foram envolvidas, posteriormente, e escolhidas por uma decisão superior, como bem ressaltava o então Secretário da Seed/MEC:

Resolvemos convidar algumas universidades com perfil e pessoas adequadas para a difícil missão de desenhar e implementar um projeto em menos de um ano [...] universidades consolidadas e que pudessem imprimir velocidade ao projeto.

Tratou-se de uma decisão vertical sem passar por uma discussão interna pelas instituições que seriam ou poderiam vir a ser envolvidas no Programa. Havia um “apressamento” para que o Programa fosse implementado até o final do mesmo ano.

Outra decisão vertical foi tomada pelo Ministro da Educação do Brasil ao extinguir a Secretaria de Educação a Distância e alocar o Programa na Capes que, embora houvesse participado, pontualmente, na configuração do Programa, foi designada para coordená-lo como consta na Portaria Normativa n. 22 (26.10. 2010):





Art. 2º - Caberá à Capes coordenar o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular de Moçambique, em estreita cooperação com instituições de ensino superior brasileiras participantes do Sistema UAB e instituições de ensino superior da República Popular de Moçambique, bem como disciplinar, na forma legal, o detalhamento relativo à sua implementação (BRASIL, 2010).

Porém, havia certo “temor”, por parte de gestores da Capes, com a entrada de um Programa que envolvia quantidade expressiva de recursos destinados ao pagamento de bolsas sem segurança jurídica¹³. Abrigar mais um programa poderia afetar outras políticas ainda não consolidadas na Capes, como o próprio Sistema UAB e o Programa Ciência sem Fronteiras, que estava sendo gestado e seria lançado em 26 de julho de 2011 pela Presidenta Dilma Rousseff. Tudo isso gerava “inseguranças políticas ou que poderia abrir precedentes que não estavam calculados”, segundo um dos entrevistados da Capes. Portanto, havia certos ruídos nas instâncias governamentais que destoavam da decisão política do Presidente Lula e do próprio Ministro da Educação. Assim, durante o 1º semestre de 2011, o Programa foi sendo executado pelos intervenientes moçambicanos, com apoio acadêmico à distância por parte das universidades brasileiras envolvidas. Somente no início do 2º semestre de 2011, o assessor da Presidência da Capes e uma equipe da Diretoria de EaD (DED) da Capes se fizeram presentes em Moçambique para discutir o Programa com os intervenientes brasileiros e moçambicanos, informar que a Capes estava à frente do Programa e dar orientações iniciais, sobretudo, referentes aos pagamentos das bolsas para docentes e tutores.

O marco político do Programa era também reafirmado quando da ida de Missões políticas do governo brasileiro¹⁴, compostas por representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Direção de Relações Internacionais do MEC, do Gabinete da Presidência da Capes e da Direção de EaD (DED) da Capes. Nas visitas oficiais à Embaixada brasileira, nos encontros com o Vice-Ministro da Educação de Moçambique, com os reitores das duas universidades (Universidade Eduardo Mondlane e Universidade Pedagógica) e a Direção do Instituto Nacional de Educação à Distância (Ined), era reafirmado com ênfase o compromisso político do governo brasileiro com o Programa de Cooperação, conforme consta nas Atas das Missões.

Se a extinção da Seed havia provocado muita turbulência na decolagem do Programa, uma turbulência maior surgiu em pleno voo quando, no dia 23 de janeiro de 2012, poucos dias antes da chegada de uma nova missão brasileira a Maputo, composta por integrantes da Capes, do MEC e das

¹³ Nos recursos orçamentários do Programa havia uma previsão de 26.373.205,00 USD, destinados à Capes para Fase I, II e III (2011-2019). Fonte: Dados extraídos do Projeto Técnico de Cooperação Brasil-Moçambique (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2010).

¹⁴ No ano de 2011 foram três missões; duas em 2012; seis em 2013 e três em 2014.





quatro universidades brasileiras, o Coordenador Residente recebeu a seguinte mensagem no e-mail institucional do Programa:

A semana que passou foi de grande impacto para nós que trabalhamos vinculados ao Ministério da Educação devido à saída do Ministro Fernando Haddad e a chegada do Ministro Aluizio Mercadante [24 jan. 2012]. Infelizmente, essa alteração gerou consequências diretas à nossa missão. O novo Ministro solicitou que todos os assuntos relacionados à África tenham suas atividades suspensas, pois ele quer se inteirar de todos os assuntos para aí então dar prosseguimento aos mesmos. (grifo nosso).

Desas forma, pela segunda vez, as coordenações brasileiras dos cursos foram impedidas de acompanhar *in loco* o Programa até o final do 1º semestre de 2012. Concomitantemente, a Capes não renovou o Contrato do Coordenador Executivo do Programa no Brasil, em julho, e somente em fevereiro do ano seguinte uma nova Coordenação foi selecionada e contratada para dar prosseguimento nas atividades de acompanhamento e reformulação do Programa. Assim, durante um semestre, o Programa foi sendo conduzido pelos intervenientes moçambicanos e o Coordenador Residente, apoiados à distância pelos coordenadores de curso das instituições brasileiras.

Então, foi fundamental a atuação do Comitê Gestor de Moçambique, criado por Despacho n. 23/GM/MINED/2012 do Ministro da Educação de Moçambique, no dia 19 abr. 2012,¹⁵ que, em suas reuniões mensais e nas extraordinárias, buscou sanar problemas que emergiam para que os estudantes dos cursos do Programa não fossem afetados.

Com a criação do Comitê Gestor do Brasil, em agosto de 2012, parecia que a interlocução entre os dois Comitês e as instituições dos dois países aconteceria regularmente e de forma “oficial” propiciando melhorias nos processos de comunicação e de execução do Programa. Foi o que não ocorreu, conforme consta no Ofício enviado pelo Comitê Gestor de Moçambique ao do Brasil (05.09.12) no qual apontava aspectos preocupantes em relação ao andamento do Programa.

Após ter solicitado diversas vezes uma resposta, o Coordenador do Comitê Gestor de Moçambique recebeu, em 27 novembro de 2012, mensagem pelo correio eletrônico, com o seguinte teor:

Em nome do Presidente do Capes, acuso o recebimento de sua mensagem e informo que a mesma foi encaminhada ao Comitê Gestor UAB Moçambique para análise. Desta forma, esclareço que, oportunamente, entraremos em contato com V.Sa. para informar a posição do Comitê quanto aos pontos elencados no referido documento. Atenciosamente, Cassia Mendes - Chefe de Gabinete.

¹⁵ Faziam parte: “i) representantes do Ministério de Educação (Mined), nomeadamente o Instituto Nacional de Educação à Distância (Ined), a Direcção de Planificação e Cooperação (Diplac), a Direcção de Coordenação do Ensino Superior (Dices), ii) representante da Universidade Pedagógica, iii) representante da Universidade Eduardo Mondlane, iv) representante da Embaixada do Brasil, e v) o Coordenador local do Programa”.





Esse “oportunamente entraremos em contato” não ocorreu. Assim, diante desse “silêncio diplomático” as duas universidades moçambicanas, apoiadas pelo Comitê Gestor de Moçambique, decidiram não realizar a expansão, prevista para 2013. Precisavam de garantias oficiais por parte do governo brasileiro para lançar os editais de abertura de vagas antes do recesso acadêmico (22 dez. 2012).

O sinal que ventos novos sopravam sobre o Programa foi o encontro realizado na sala de reuniões do Ministro da Educação, no dia 27 de maio de 2013, em Brasília. Participaram os representantes dos dois Comitês Gestores do Programa (do Brasil e de Moçambique). Foi apresentado e discutido o Documento da Reformulação do Programa (versão “D” – sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação) que projetava a expansão para o primeiro semestre de 2015 e a conclusão para 2019.

Esse Documento foi assinado durante o evento “Educação como ponte estratégica Brasil-África”, promovido pelo Ministério da Educação do Brasil com a presença de representantes de governos de países africanos de Língua Portuguesa, realizado na Costa do Sauipe, no dia 20 de maio de 2013. O Programa foi apresentado como uma experiência inédita e bem-sucedida e que poderia ser expandido para a África Lusófona. O Documento foi enviado a Moçambique, por meios diplomáticos, e, em seguida para o Brasil, para ser assinado pelos reitores das instituições envolvidas.

Todavia, entre os “constrangimentos”, constantemente apontados pelos gestores e intervenientes moçambicanos em seus relatórios e nas suas falas, e que acompanhou o Programa ao longo de toda caminhada, a demora ou o não pagamento das bolsas era o mais apontado pelos gestores moçambicanos.

Outro vento favorável que parecia acalmar as tempestades surgidas ao longo do projeto em relação aos atrasos e/ou suspensão do pagamento das bolsas foi a aprovação da Lei n. 12.801, de 24.04.2013 pelo Congresso e sancionada pela Presidenta Dilma. Finalmente, dava garantias legais ao pagamento de bolsas da Capes para estrangeiros residindo no estrangeiro, como era o caso dos professores, coordenadores, tutores e autores moçambicanos. Uma solução tardia, pois os ruídos e o mal-estar que foram gerados no campo do “pagamento de bolsas” durante a implementação do Programa haviam colocado em xeque a “credibilidade” do governo brasileiro.

Desta forma, o governo brasileiro sinalizava, oficialmente, que o Programa continuaria e realizaria o que estava previsto em sua proposta inicial, pelo menos em parte, pois não conseguiria atingir a formação de cinco mil professores da rede pública e dois mil funcionários da gestão pública.

De fato, em 2014, duas missões do governo brasileiro foram a Moçambique para “selar” o





Programa, politicamente e institucionalmente. A primeira, ocorrida entre 13 a 15 de abril, chefiada pelo Presidente da Capes, acompanhado pelo diretor de EaD da Capes, de reitores das quatro universidades envolvidas, da reitora da Unilab, do Secretário da Sesu, representando o Ministro da Educação (Henrique Paim) que, na última hora não pode acompanhar a comitiva, e assessores da área internacional do Mec. Essa missão foi a Moçambique para verificar *in loco* a situação do Programa - após três anos e meio de execução -, antes da fase de expansão.

Foram realizados encontros com o *staff* das duas universidades, com o Ministério da Educação, com o Comitê Gestor e com docentes, coordenadores, tutores e estudantes do Programa, sempre com a presença da Embaixadora do Brasil em Maputo e do Coordenador Residente. Em todos estes encontros, como consta no Relatório da Missão produzido pelo Coordenador Residente (16 abr. 2014), foram claras e contundentes as manifestações das autoridades brasileiras e moçambicanas a favor da continuidade do Programa. Houve o reconhecimento da importância que representava para Moçambique até aquele momento. Foi ratificada solenemente a decisão política dos dois governos de dar continuidade ao Programa com a expansão, em fevereiro de 2015, do número de ingressos e número de polos, com previsão de término no ano de 2019.

Essa missão propiciou maior visibilidade e sustentação política ao Programa. Em mensagem de correio eletrônico, enviada aos reitores das universidades envolvidas, após o regresso da missão, o Diretor de EaD da Capes, reconhecia que era necessário fortalecer o Programa para que pudesse deixar marcas positivas na consolidação dos modelos de EaD da UEM e da UP e de um possível sistema público de EaD para a expansão do ensino superior em Moçambique. Finalizava a mensagem (16.04.2014), com breve avaliação da missão:

Concluída a recente visita, com o enorme desafio da expansão já assumida pelas partes até 2019, expresso meu entendimento pessoal que o Programa UAB-Moçambique é promissor, como mostram os cursos em andamento, pelos depoimentos de alunos e professores e pela evasão de 15%, reduzida até para os melhores cursos presenciais de todo o mundo! (Grifo nosso)

Todavia, em seguida, com o afastamento do Diretor da DED e a não renovação do contrato da Coordenadora Executiva no Brasil, no mês de maio, ocorreram mudanças na equipe da Capes que acompanhava o Programa. Em seu Relatório Final, esta Coordenadora chama a atenção para o que representava este fato:

[...] a gestão do Programa ficou a cargo de técnicos e analistas da própria DED/Capes, bem como, o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelas Universidades parceiras. Esses técnicos e analistas passaram a acumular às suas atribuições técnicas, que já são muitas frentes de trabalho, em termos da complexidade que é a gestão do



Sistema de EaD no Brasil, mais a gestão desse Programa de cooperação internacional.

Essa mudança na condução institucional do Programa pela Capes, substituindo pessoas com formação pedagógica por técnicos, por burocratas de carreira, resultou, imediatamente, com o cancelamento da missão brasileira, prevista para os dias 11 a 25 de maio, composta pelos coordenadores de curso e pela Coordenadora Executiva no Brasil, com o objetivo de apoiar e dar prosseguimento ao que as instituições vinham fazendo para “institucionalizar” o Programa e prepará-las para a fase de expansão.

Em seu lugar, enviou uma Delegação (9 a 13 de junho), uma missão técnica, chefiada pela Procuradora Federal da Capes, acompanhada por pessoas da área jurídica e contábil: representante da Assessoria Internacional, do Gabinete do Ministro (GM/MEC), do setor jurídico (Conjur/MEC), do setor de pagamento de bolsas da Diretoria de EaD da Capes e da Diretoria de Relações Internacionais da Capes.¹⁶

Segundo a Chefe da Delegação, em entrevista, “era segmento da missão anterior de alto nível” e vinha “trazer respostas e buscar soluções para alguns problemas jurídicos do Programa”. Na reunião com o Comitê Gestor de Moçambique informou que, no sentido de “conhecer melhor os detalhes de certos procedimentos do Programa afetos à área jurídica”:

A Capes propôs a visita para que consigamos entender os procedimentos, desde o início do programa e para que possa haver sua sustentabilidade sem nenhum percalço [...] confirmar as políticas e conhecer detalhes da operação pela área jurídica da Capes (Ata da Reunião com o Comitê Gestor, 9 maio 2014).

As falas dos integrantes da Delegação deixavam transparecer, para os gestores moçambicanos, que membros do escalão intermediário (técnicos e técnicos burocratas) de setores envolvidos no Programa, no quarto ano da implementação dele, muito pouco o conheciam e chegavam solicitando informações disponíveis nos Relatórios Trimestrais dos Coordenadores Executivos, nas Atas dos Comitês Gestores e dos coordenadores de curso (enviados regularmente à Capes e à UAB), além do que estava disponibilizado na própria página web do Programa (www.ead.brasil.mocambique.org - desativado).

A missão regressou ao Brasil com o compromisso de enviar um relatório ao Comitê Gestor de Moçambique apresentando uma análise sobre o Programa e encaminhando propostas e soluções jurídicas relacionadas ao manejo e destino dos recursos orçamentários.

¹⁶ Em relação à vinda desta missão, a Embaixadora do Brasil em Moçambique, em telegrama enviado à Chefe da Assessoria Internacional do MEC – Luciana Mancini – em 06.06.14, assim se manifestou: “Noto, contudo, que a agenda de atividades prevista não contempla reunião da missão na Embaixada, como normalmente ocorre nas missões no âmbito do Projeto UAB-Moçambique, e que considero importante ocorrer também por ocasião da missão em apreço, idealmente no início e no fim das atividades.”



Se algum relatório foi produzido não sabemos, pois não encontramos qualquer registro em Moçambique e junto à Capes, à ABC e ao Ministério da Educação.

Até o final do mês de julho de 2014, com a não renovação do contrato do Coordenador Residente por parte da Capes, nenhum comunicado chegou ao Comitê Gestor de Moçambique e à própria Embaixada do Brasil em Maputo em relação à continuidade ou não do Programa¹⁷. Nenhuma orientação foi dada e a comunicação da Capes com o Comitê Gestor e as instituições moçambicanas envolvidas foi interrompida, completamente.

O Comitê Gestor tomou a iniciativa de enviar Documento à Capes solicitando esclarecimentos e orientações em relação ao prosseguimento do Programa e da sua expansão. Segundo o depoimento de um dos componentes do Comitê Gestor de Moçambique, na entrevista que realizamos no dia 13 de novembro de 2017, não houve retorno a esse documento. Suas indagações eram as seguintes:

Nós não temos nenhuma comunicação oficial. O que fazemos? Assumimos isto como algo que vai mudar, ou assumimos isso como algo consumado? Ficamos à espera de que nos comuniquem oficialmente? Vamos pedir uma comunicação oficial, ou é algo que vamos deixar que as coisas naturalmente aconteçam?

Missões técnicas formadas pelos coordenadores brasileiros de curso também não foram realizadas pela Capes e as universidades brasileiras envolvidas não receberam explicações oficiais.

Assim, a partir de julho de 2014, o “silêncio” e a “ausência” se tornaram a marca principal do marco político do Programa. Os sentimentos dos intervenientes foram marcantes, como transparecem na narrativa de alguns dos gestores moçambicanos, nas entrevistas que realizamos em novembro de 2017:

[...] não tivemos nenhuma informação como tal. O que sabíamos de alguma maneira oficiosa das grandes mudanças que estavam a ocorrer no Brasil principalmente em relação à Capes etc. Houve muitas mudanças no governo da presidente Dilma, houve muitas mudanças lá no Ministério de Educação do Brasil. Primeiro foi a extinção da Secretaria de Estado de Ensino a Distância, depois qualquer coisa com relação à gestão dos projetos que estavam na Capes. O que sei que era uma reestruturação muito difícil, penosa que estava ocorrendo, não permitia que as coisas evoluíssem aqui no terreno assim como tinham sido planejadas. É claro que isso trouxe algum mal-estar entre as pessoas, é natural, era um plano muito bonito e tinha sido assinado

¹⁷ No mesmo telegrama enviado à Chefe da Assessoria Internacional do Mec (c/c Presidente da Capes), em 06.06.14, a Embaixadora do Brasil em Moçambique – Lígia Maria Scherer – manifestava sua preocupação com o destino do Programa: “o UAB-Moçambique é um dos principais projetos de cooperação bilateral do Brasil no país. Trata-se de projeto complexo e desafiador, que envolve 12 instituições no Brasil e em Moçambique, e a execução de mais de 40 milhões de USD. Hoje, estão em funcionamento três polos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique [...] passa por momento importante, pois está em planejamento a expansão do programa para mais 12 polos, localizados em cidades em todas as regiões do país, que deverão atender outros 1600 estudantes [...] Estimo que a operação eficiente do programa não pode prescindir de acompanhamento sistemático das atividades, a ser exercido por profissional contratado exclusivamente para esse fim [...] Ao longo dos últimos anos, pude atestar que o trabalho do Coordenador Residente é essencial para a boa condução do Programa”.





no mais alto nível.

Sinceramente, com essa situação que está a surgir, de não nos comunicar oficialmente, portanto nem se comunicou ao Ministério e nem a nós. Acho que é uma grande falta de consideração conosco. Não é o fato de estar a financiar, a dar o apoio que merecemos esse tratamento. Eu, pessoalmente, não como instituição, sinto isso como uma grande falta de consideração. O curso atual que credibilidade está a ter?

Acho que essa falta de respeito pelos outros tem que parar e tem que surgir de nós. Nós mesmos temos que nos dar o respeito e dizer basta. Essa coisa de expansão no próximo ano, não há [...] A ideia é realmente, eles é que pagam. Então, temos que cumprir tudo porque eles pagam. Não pode ser. Há uma completa falta de respeito pelos outros.

No plano diplomático, eu creio, essas coisas são um pouco delicadas. Quando não há uma resposta, já se sabe que as coisas mudaram. Hoje, uma coisa escrita é sempre uma coisa escrita e quando a explicação não é convincente ou não há explicação, cada um começa a entender como entende, de forma individualizada [...] entende-se que, em diplomacia, o silêncio significa.

Segundo os gestores, como se tratava de um Programa de Cooperação Bilateral, tudo havia sido tratado de Estado para Estado, no âmbito político dos governos de dois países, nas mais altas instâncias do poder e, portanto, somente nesse nível que o empasse poderia ser negociado, superado ou uma saída encontrada, sempre respeitando a “não ingerência” em assuntos internos de cada país, uma característica da diplomacia brasileira ao longo da sua história.

As “promessas” não eram percebidas como sendo proferidas e assumidas por um governo, mas por pessoas que estavam no/com o governo. Com mudança de pessoas nas instâncias governamentais (nos Ministérios e na Capes), o comprometimento com o Programa foi se diluindo, revelando sua fragilidade, mesmo com Portarias e Convênios assinados.

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Programa começara ruidosamente e solenemente, como convém a um fato político que justificava a presença de um Presidente, Ministros, Reitores e uma leva de autoridades civis e acadêmicas de dois países e de dois continentes. Expectativas enormes pairavam no ar e a certeza de que o Programa seria o marco da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique na esteira da negação da tradicional Cooperação Norte-Sul, de “ajuda” externa dos “doadores” para os “receptores”.

Indo em direção contrária, após três anos e meio da sua implementação, ruiu silenciosamente, sem despertar o interesse ou a curiosidade dos que lá estiveram firmando compromissos, aplaudidos,



comemorando e produzindo expectativas. Implodira sem levantar poeira e sem deixar sinais visíveis dos autores de tal façanha.

Um sobe-desce na gangorra política, com mudanças de dois Presidentes, quatro Ministros da Educação, dois Diretores da DED/Capes, membros de Gabinete e de Assessoria de Ministros e da Presidência da Capes, dos Gestores Executivos do Programa, das coordenações de curso, sem olvidarmos a repentina e inesperada extinção da Secretaria de EaD – a idealizadora - após a cerimônia de “batismo” do Programa.

As mudanças de atores (principais e secundários, do alto escalão governamental e do intermediário) no campo da política, e da governança, com o mesmo partido no poder, o redirecionamento da política interna e externa dado pela Presidenta Dilma, os “dissensos” no interior dos órgãos responsáveis pela gestão do Programa, repercutiram no andamento do Programa e na condução das atividades acadêmicas. Muitos foram os impedimentos para se construir uma experiência em EaD que deveria se tornar referência no campo da Cooperação Internacional em Educação a Distância, de uma Cooperação Sul-Sul, como foi propalada desde seu nascimento.

A decisão de Presidentes e Ministros da Educação foi o marco político chantado que desencadeou outras decisões políticas, de cima para baixo. Do lado brasileiro, as universidades federais foram convidadas e aceitaram prontamente delegando a Centros de EaD e a Departamentos a missão a ser cumprida. Havia ganhos acadêmicos, mas também políticos para a instituição participar de um Programa internacional. Do lado moçambicano, o pedido de um Presidente ou de um Ministro era praticamente uma decisão tomada. Os reitores a acataram e delegaram a tarefa para as direções de Faculdades e Centros de EaD.

Um marco político que necessitava de outros marcos (institucional, acadêmico, cultural, cooperação Sul-Sul) para concretizar a decisão tomada. O conhecimento do outro como ponto de partida sinalizava a elaboração de um programa de cooperação, como era o desejo do então Presidente Lula. De fato, as práticas discursivas das missões brasileiras, ao longo de toda a caminhada, repetiam o mote da “Cooperação Sul-Sul”, da cooperação entre iguais.

Porém, após o regresso de Moçambique, a equipe da Seed elaborou o Programa calcado não na “vivência” dos futuros parceiros, na sua cultura e nas suas práticas organizacionais, mas na experiência brasileira: “O modelo que nós adotamos foi muito parecido com o da Universidade Aberta do Brasil”, como se manifestou um dos gestores brasileiros. Com esse projeto elaborado “em gabinete” a missão brasileira retornou a Moçambique para apresentar a dinâmica do Programa e conseguir adesão.



Um marco político que confrontou o discurso da Cooperação Sul-Sul com as práticas exercidas, sobretudo, nos momentos de tomadas de decisões nas fases de implantação e implementação e, de maneira muito “desrespeitosa”, com o “abandono” brusco, sem alarde e sem justificativa oficial do Programa por parte do governo brasileiro aos parceiros moçambicanos.

A posterior criação oficial dos Comitês Gestores perspectivava que as relações entre as instituições e os órgãos envolvidos propiciariam tomada de decisões compartilhadas. Na prática, o Comitê Gestor de Moçambique atuou mais como “bombeiro” para apagar os constrangimentos do Programa provocados pela “incapacidade” e “inabilidade”, ou “desinteresse” de setores do governo brasileiro em dar sustentabilidade legal, jurídica e financeira ao Programa. Com efeito, o Comitê de Moçambique era um comitê sem poderes. A única vez que se reuniu com o Comitê Gestor do Brasil foi para a discussão e aprovação do Projeto Técnico da fase de expansão (Versão D). Reunião esta que aconteceu no Ministério da Educação do Brasil, com a presença de um séquito de 10 representantes do lado brasileiro e três do lado moçambicano. Uma situação que, novamente, demonstrava desigualdade na distribuição do poder no Programa e o não reconhecimento que o lócus da Cooperação era Moçambique e não o do “doador”. O lugar mais adequado para essa discussão/negociação era em Moçambique, com a participação ampla de todas os segmentos e atores envolvidos.

O próprio Comitê Gestor do Brasil não incorporou qualquer representação das universidades brasileiras que estavam executando o Programa. Portanto, uma outra situação de desigualdade na distribuição do poder, concentrado na esfera política, deixando o monitoramento e a gestão para as esferas técnicas locais (na burocracia dos órgãos dos Ministérios) e a execução lá na ponta nas instituições brasileiras e moçambicanas envolvidas. Portanto, uma ruptura entre a ação política e a técnica, uma separação hierárquica e de poderes entre os tomadores de decisão e os executores.

Assim, a caminhada do Programa foi marcada por conflitos e por equívocos que se arrastaram ao longo do percurso, colocando em confronto culturas diferentes e práticas de uma relação “impositiva” e não de cooperação.

A forma como o Programa havia sido concebido, planejado e lançado, por decisões políticas, de poder e de transferência de uma experiência para um contexto diferente, sem abrir espaço para o diálogo e a divergência para se chegar ao consenso nas bases dos “parceiros”, teve efeito contrário ao desejado. A força de atrito, a tensão da superfície, a energia cinética que foi se perdendo pela força da gravitação que puxava para baixo, afundaram o Programa.

Para dar conta da análise das narrativas dos gestores em relação ao Programa foi necessário



fazer um percurso teórico inicial para compreender as políticas internas e externas do governo brasileiro direcionadas à construção de uma relação de Cooperação Sul-Sul, de um alinhamento com países do Sul “a partir do Sul”, e à expansão da Educação Superior por meio de diferentes instrumentos normativos de inclusão de grupos excluídos do acesso, e por meio da Educação a Distância e de um Sistema nacional de EaD, a UAB.

A visão panorâmica (theoreîn) que ensaiamos construir possibilitou compreender que o Programa, desde sua fase embrionária, foi concebido a partir de uma abordagem funcionalista e estruturalista, ainda que sistêmica no discurso, com consequências nas ações desenvolvidas. Dois movimentos inseparáveis e intercomplementares foram, então, dicotomizados: o político e o técnico, a concepção e a execução.

Nas narrativas dos gestores identificamos a percepção da existência hierárquica desses dois níveis por eles mencionados como o nível decisório (dos que definiram os rumos) e o nível da execução (dos “fazedores”, dos que “faziam as coisas no terreno”), dois níveis que não dialogavam e o político se sobrepondo ao técnico. Como se expressaram, em diferentes momentos, os gestores moçambicanos: “As decisões foram tomadas lá pelos mandatários do Programa. Competia agora aos técnicos estudar a viabilidade e executar” ou “A política esteve à frente da razão acadêmica”, e outro contestando: “Nós não fomos ouvidos. Fomos vociferados”.

Assim, os tomadores de decisão, que presumidamente tinham um “compromisso” político, não tinham compromisso direto com a execução, pois não envolveram os executores nas decisões. Por outro lado, os executores, ao não terem participado das decisões, não construíram compromisso político com o Programa. Como consequência não se estabeleceu consenso nem hegemonia. Era um “programa dos governantes”, ou, como era mais comum os gestores e os estudantes moçambicanos se referirem, era um “programa dos brasileiros” ou, o que era ainda mais sintomático, era “o programa do Lula” e, portanto, não fazia parte de uma política de Estado.

Do lado dos executores, as “promessas” não eram percebidas como sendo proferidas e assumidas por um governo, mas por pessoas que estavam naquele momento no/com o governo. Com mudanças de pessoas nos postos de gestão, o comprometimento com as promessas se diluiu, se tornou efêmero, mesmo havendo Portarias e Convênios assinados.

Para sustentabilidade do Programa, o compromisso político e a capacidade técnica precisavam caminhar dialeticamente juntos, de mãos dadas: o *compromisso político com capacidade técnica e a capacidade técnica com compromisso político* (SAVIANI, 1983; NOSELLA, 1983). Caso contrário, atuando na “pequena política” (GRAMSCI, 2004) os atores da burocracia estatal poderiam estar

atuando em direção contrária.

O que as narrativas revelam é que esse compromisso político (na esfera da pequena política) não foi concretizado nos órgãos do governo nem no interior das universidades brasileiras. Pois, os Ministérios envolvidos, o Comitê Gestor do Brasil, a Capes, a quem cabia formalmente a coordenação, não se pronunciaram sobre o encerramento do Programa.

Do lado moçambicano, os intervenientes apontaram que setores estratégicos não foram envolvidos, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, as Direções Provinciais e suas Câmeras, as demais instituições públicas de ensino superior etc. O Programa, no entendimento de um gestor moçambicano, devia “ser assunto do governo também nas províncias porque é um assunto político. Não é só uma questão acadêmica”. No interior das duas universidades havia o compromisso dos reitores e gestores de EaD, mas as demais instâncias tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre o Programa que “poderia ter sido mais bem dimensionado, com o envolvimento das instituições desde o princípio”.

Talvez, a “inércia governamental” para tomar decisões necessárias ao andamento do Programa, ou, talvez, a atuação de servidores públicos no interior dos Ministérios, que detinham uma espécie de “micropoder”, dispostos a emperrar, a atuar contra, levaram à não concretização das metas propostas pelo Programa.

Não pudemos avançar nessa direção, pois não foi possível entrevistar alguns dos que atuaram, naquela altura, na UAB/Capes e na Assessoria Internacional do Ministério da Educação e do Ministério do Exterior (a ABC) nem receber deles feedback sobre o Programa.

Isso redirecionou nossa análise para aquilo que, segundo os gestores moçambicanos, falhou desde o início: a “*governança*” do Programa ou, como Lima (2013) desenvolveu em sua tese, “a capacidade do Estado” de conduzir e materializar determinadas políticas ou programas. Capacidades que “vão além de uma burocracia profissional. É necessária também a existência de capacidades políticas do Estado para a construção de consensos” (p. 44).

Dessa forma, mesmo com a criação posterior do Comitê Gestor de Moçambique e o Comitê Gestor do Brasil, o Programa se ressentiu da figura de um órgão, de um setor ou até de um “ator”, em cada país, que atuasse como “mediador”, como “interlocutor” (no dizer dos moçambicanos) com poderes para estabelecer diálogo constante entre todas as instituições e órgãos envolvidos.

Assim, sem uma estrutura clara da distribuição das funções e dos poderes, o Programa caminhou sem governabilidade, tropeçando em cada pedra e se tornando cada vez mais frágil, gerando equívocos, expectativas e “desacreditação”. Se lições não foram apreendidas, legados foram deixados.



Uma vez que o Programa fora instituído em Moçambique com o compromisso de fortalecer a política nacional de educação formando professores e gestores públicos por meio de um Sistema de EaD com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior, havia a expectativa que fosse a longo termo, que iria ficar por muito tempo em Moçambique. No dizer de um interveniente moçambicano, “veio com tudo”, “demonstrando bravura, vontade de fazer as coisas, mas era grande demais”, no dizer de outro. Um Programa que se comprometia a “transferir conhecimentos e tecnologias” para as instituições moçambicanas.

Expectativas em relação às plataformas de ensino, à produção de material didático, às bibliotecas com as obras básicas de cada disciplina, à viabilidade de internet nos Centros e nas salas das coordenações.

O que de concreto, então, o Programa trouxe e deixou em Moçambique? Apesar dos equívocos nos quais incorreu o Programa e os constrangimentos daí derivados, os intervenientes reconheceram que o Programa havia trazido contribuições para as instituições, em Moçambique.

Para um dos reitores moçambicanos entrevistado, ao avaliar “com olhos de águia, muito em cima, a ver os processos e depois os ganhos que a instituição teve”, o Programa alcançou o objetivo último do projeto com a graduação de quase todos os que tinham ingressado e com a formação dos docentes da instituição com a lecionação em parceria, com a vinda de docentes brasileiros para encontros e oficinas em Moçambique e a ida dos docentes moçambicanos para encontros nas instituições brasileiras parceiras. De fato, um dos coordenadores reconheceu: “Os meus docentes já não são os mesmos, depois que passou o projeto”.

Além de potencializar o uso da plataforma e introduzir melhorias no processo de produção dos “módulos” (na “domesticação dos materiais”), o Programa desenvolveu capacidades e habilidades para os Centros de EaD gerir um sistema de EaD mais robusto e em condições de atender milhares de estudantes, de maneira sustentável e com qualidade.

De fato, em 2015, a UEM iniciou a expansão do curso de Administração Pública a distância alcançando, em 2017, mais de dois mil estudantes matriculados, “inspirada no Programa da UAB”, segunda uma gestora da UEM.

A UP, em 2015, já contabilizava mais de 2 mil matrículas em cursos a distância e, em 2017, mais de 12 mil estudantes espalhados em todas as Províncias, representando quase um terço de todas as matrículas da UP. Segundo seu Reitor: “Nós aumentamos nossa capacidade de acesso, no interior principalmente [...] cresceu o sistema, mas uma expansão com segurança [o Programa] potenciou claramente nosso sistema de ensino a distância”.



Do lado brasileiro havia interesses no Programa e ganhos resultaram. Além dos interesses geoestratégicos e geopolíticos – que justificavam o investimento - havia interesses técnicos. Esse Programa representava a possibilidade de aprender a fazer uma Cooperação Sul-Sul, de desenvolver conhecimentos e competências na construção colaborativa de um projeto envolvendo contextos e culturas diferentes, com suas limitações e dificuldades. Era a possibilidade de desenvolver um sistema de EaD que se tornasse referência, desenvolvendo uma expertise importante para o próprio Brasil, um país multicultural. Como bem lembrou um dos envolvidos na gestão do Programa, em seu depoimento: “O Brasil poderia ter se tornado uma escola de fazer cooperação e produção de material didático porque tem excelentes universidades e um sistema já maduro que é o sistema UAB”.

O Programa levou a discussão sobre cooperação internacional e sobre EaD para outras instâncias ao estabelecer relações com Ministério do Exterior, com a Agência Brasileira de Cooperação, com a Organização dos Estados Ibero-americanos, com o Banco Africano de Desenvolvimento, com os Países Africanos de Língua Portuguesa. Foi necessário rever a legislação brasileira e instaurar procedimentos administrativos novos para efetivar a cooperação internacional.

O que intentamos, por meio deste texto, foi apontar que, mesmo com todos os equívocos e constrangimentos que atravessaram o Programa, foi construída uma expertise que poderá orientar e instrumentalizar futuras cooperações no âmbito da EaD. Uma experiência que, por sua dimensão internacional, provocou o interesse de estudiosos e pesquisadores resultando na publicação de artigos, dissertações e teses sobre o Programa e oferecer elementos para estudos comparativos da implementação de Programas de Cooperação Internacional no âmbito da educação e, de maneira particular, da Educação a Distância.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Inny B. **Educação e capital-imperialismo: as influências político-pedagógicas do Banco Mundial nas relações Brasil e Moçambique**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

ADICHIE, Chimamanda N. **El peligro de una sola história**, 2011. Disponível em: http://www.ted.com/speakers/chimamanda_ngozi_adichie.html. Acesso em: 15 mar. 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. Bras. Polít. Int.** 47 (1), p. 162-184, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Política exterior: potencia regional o actor global. **Vanguardia Dossier**, Barcelona, n. 36, jul./sep. 2010.



AMARAL, Joana de Barros. **Atravessando o Atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira.** 2013. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, jul. 2013.

AMORIM, Celso. Discurso do Ministro por ocasião da Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho/OIT. **Iniciativa de Cooperação Sul-Sul no Combate ao Trabalho Infantil.** Brasília, 14 dez. 2007. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BAQUERO, Jairo. Brasil y África Subsariana: cooperación en el Sur Global y Nuevas Demandas postcoloniales. In: KABUNDA, Mbuyi (coord.). **África y la cooperación con el Sur desde el Sur.** Madrid: Fundación Carlos de Amberes; Casa África; Los Libros de la Catarata, 2011. p. 133-175.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa. **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a aula inaugural por ocasião da instalação do Polo da Universidade Aberta do Brasil, no Instituto Nacional de Educação a Distância.** Maputo-Moçambique, 9 nov. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos?start=180>. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria Normativa de n. 22, de 26 de outubro de 2010**, institui o “Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular¹⁸ de Moçambique.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Programa de Cooperação Técnica entre a Universidade Aberta do Brasil/UAB, o Ministério da Educação/ Mined, a Universidade Pedagógica/UP, a Universidade Eduardo Mondlane/UEM de Moçambique para formação de professores, para atuação em escolas de nível básico e médio e agentes do serviço público.** Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12801-24-abril-2013-775847-publicacaooriginal-139618-pl.html>. Acesso em: 30/08/2023.

CABRAL, Frederico Matos A. **Os estudantes africanos nas instituições de ensino superior brasileiras: o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G).** 2015. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa.** Uberlândia: EdUFU, 2011.

¹⁸ Uma demonstração do pouco conhecimento sobre a história de Moçambique, pois a designação oficial de “República Popular” vingou entre 25 de junho de 1975 e 1º de dezembro de 1990 quando passou a ser designada de “República de Moçambique”.





GONZAGA, Kátia Valéria Pereira. **Curso de Pedagogia em EaD do Programa UAB-Moçambique no contexto de uma Cooperação Internacional Sul-Sul**: pressupostos para a construção do currículo de formação. Tese (Dourado em Educação), PUC/SP, Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo, 2017

GOUVÊA, Gilda Portugal. **Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil**. São Paulo: Paulicéia, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Gramsci dans les texte** (textes choisies). Paris: Ed. Sociales, 1977.

JESUS, Diovana Paula de. **Educação a Distância entre realidades**: cursos de graduação a distância brasileiros em Moçambique e a internacionalização da educação. 2015, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'état en action**: politiques publiques et corporatismes. Paris: PUF, 1987.

LIMA, Daniela da Costa B. P. **Políticas Públicas de EaD no Ensino Superior**: uma análise a partir das capacidades do Estado. 2013, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MILANI, Carlos R. S; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo S. Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-Palop. **Caderno CRH**, v. 29, n. 76, p. 13-32, jan./abr. 2016.

MULLER, Pierre. Un schéma d'analyse des politiques sectorielles. **Revue Française de Science Politique**, v. 35, n. 2, avr. 1985, p. 165-189.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. 2 ed. corr. Paris: Press Universitaires de France, 1994. Que Sais-je? Collection Encyclopédique

NOSELLA, Paolo. Compromisso político como horizonte da competência técnica. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n.14, p. 91-97, 1983.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSZLAK, Oscar. Políticas públicas e regimes políticos: reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas. **Revista de Administração Pública**, v. 16, n. 1, p. 17-60, 1982.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação. Direção de Planificação e Cooperação. **Estatística da Educação**: Levantamento Escolar – 2010. Maputo, ago. 2010.

RANUCCI,

Marta. **La Cooperación Sur-Sur como nueva**

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*



dimensión de la política exterior brasileña en el gobierno de Lula: una aproximación constructivista. Tese de Doutorado no Instituto Universitário de Investigación José Ortega-Gasset, Universidad Complutense de Madrid, 2015.

RIZZO, Aline D. da Graça. Cooperação Sul-Sul e Cabo Verde: cooperação técnica na área de educação. **XXVIII Simpósio Nacional de História.** Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, SC. 27-31 de jul. 2015.

ROSSI, Amanda. **Moçambique:** o Brasil é aqui. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Internacionalización de la educación superior: redefiniciones, justificativas y estrategias. **Rev. Espaço Pedagógico**, v. 25, n. 1, p. 168-189, jan./abr. 2018.

SAVIANI, Demerval. Competência política e compromisso técnico ou (o pomo da discórdia e o fruto proibido). **Educação & Sociedade**, n. 15, p. 111-143, 1983.

SCHARDONG, Marina Mattioni. **Cooperação e Globalização:** o Programa Estudante- Convênio Graduação na política externa brasileira do século 21. 2012, Monografia, Universidade de Brasília, 2012.

SCHERER, Lígia M. **Relatório de Gestão da Embaixada do Brasil junto à República de Moçambique** - Embaixadora Ligia Maria Scherer. Brasília: MRE, 2015.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Aula Magna dos cursos do Programa UAB em Moçambique, Maputo, 9.11.10). Disponível na biblioteca da Presidência da República, Secretaria de Imprensa: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

SOUZA, Jane Aparecida Gonçalves de; SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. Expansão da educação superior e internacionalização horizontal via Brasil/UAB: uma visão de Moçambique como parceira do acordo bilateral. **XV Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (Esud); V Congresso Internacional de Educação Superior a Distância.** Natal, RN, 20-23 nov. 2018.